DOI: 10.67503/2595-153X.v48n56.726

Memória: arquivo e inconsciente

Memory: archive and the unconscious

Renata Campello Teitelroit[*]

Resumo

Este artigo interroga as relações entre memória, inscrição e exterioridade em um percurso que parte do arquivo derridiano em direção ao inconsciente freudiano e, deste, retorna ao arquivo. No movimento de retorno, a Análise de Discurso pecheutiana desloca a questão para condições históricas de inscrição e legibilidade. Arquivo e inconsciente são, assim, aproximados a partir de uma concepção de memória cuja constituição é indissociável da exterioridade e que não pressupõe uma temporalidade linear, tampouco uma presença anterior.

Palavras-chave: Memória. Arquivo. Inconsciente. Psicanálise. Análise de Discurso. Freud. Derrida. Pêcheux.

Abstract

This article examines the relations between memory, inscription, and exteriority through a trajectory that moves from the Derridean archive towards the Freudian unconscious and, from there, returns to the archive. In doing so, Pêcheuxian Discourse Analysis shifts the question towards the historical conditions of inscription and legibility. The concepts of archive and unconscious are thus brought into relation through a conception of memory whose constitution is inseparable from exteriority and which presupposes neither a linear temporality nor a prior presence.

Keywords: *Memory. Archive. Unconscious, Psychoanalysis. Discourse Analysis, Freud, Derrida, Pêcheux.*

[*] Doutoranda em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. rct92@hotmail.com

Nota introdutória

O percurso deste trabalho se fará em dois movimentos. No primeiro, partiremos do arquivo em direção ao inconsciente, interrogando, sobretudo a partir da leitura derridiana de Freud, o que a elaboração freudiana do traço mnêmico pode oferecer a uma concepção de memória. Acompanharemos, em diferentes momentos da obra freudiana, uma memória que não coincide com consciência ou lembrança, mas se constitui por inscrições suscetíveis à retranscrição e à reorganização, que não permanecem idênticas e produzem efeitos variados.

No segundo movimento, refaremos o caminho em sentido inverso: do inconsciente retornaremos ao arquivo, mas sob perspectiva da Análise de Discurso (AD) pecheutiana, colocando essa concepção de memória em relação com os problemas da história e do discurso. A partir do próprio trabalho da AD com arquivos, refletiremos acerca da historicidade das inscrições e dos gestos de leitura, bem como das condições pelas quais determinados vestígios são conservados, organizados e se tornam legíveis como arquivo.

Interessa-nos observar como a elaboração freudiana da memória apresenta, sob determinados aspectos, uma proximidade teórica com aquela mobilizada pela AD pecheutiana. A aposta nessa aproximação teórica consiste em colocar a elaboração freudiana em relação com uma teoria materialista do sentido, atentando, ao mesmo tempo, para os limites dessa interlocução e para a mudança de terreno que ela implica.

Do arquivo ao inconsciente: memória, traço e inscrição

"Milhares de vestígios... é o sonho de todo pesquisador" (FARGE, 1989/2022, p. 20). E quiçá de todo (psic)analista. Em que pese tal anseio, proponho pensar arquivo e inconsciente a partir de um problema que os aproxima sem equipará-los: o da memória em sua relação constitutiva com a exterioridade. O trajeto parte da *hypomnēsis*, tal como mobilizada por Jacques Derrida (1994), para interrogar a ideia de que a memória se fundaria na conservação de uma presença anterior. A hipótese que orienta estas reflexões é a de que a memória não se constitui primeiro para, somente depois, encontrar uma exterioridade na qual se inscrever: sua constituição é indissociável das condições de inscrição que tornam possível sua conservação e sua legibilidade.

Em *O sabor do arquivo* (1989/2022), Arlette Farge relembra-nos que a história não se trata de uma insurreição intacta do passado, sugerindo que o traba-

lho do historiador perpassa a impossibilidade de decifrar o conteúdo do arquivo aliada à ilusão de restituí-lo, uma tensão entre a razão e a paixão. A primeira "exige que [o arquivo] seja habilmente questionado para adquirir sentido" (*Ibid*., p. 21), enquanto a segunda, sedutora, joga com a esperança de desnudamento de seu véu espetacular. É dizer que ressalvas são necessárias: há de se desconfiar do arquivo, suspeitar da palavra – mas sem perder a "*im*paciência absoluta de um desejo de memória" (DERRIDA, 1994/2001, p. 9, grifo meu).

Na ocasião do colóquio "Memória: a questão dos arquivos" em 1994, Derrida profere a conferência "Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana", na qual situa o arquivo[1] no problema da *hypomnēsis* e de sua exterioridade. O filósofo argumenta que não há arquivo sem determinado *espaço* instituído de inscrição e consignação, seja esse lugar o próprio corpo, como evidencia a questão da circuncisão. Derrida traz adendos à tensão assinalada por Farge: estão em jogo fatores como a censura (advinda do recalque e/ou da repressão) nos gestos de *produção* e de *leitura* arquivísticos. Tenciona, inclusive, apontar para essas circunstâncias no que tange ao texto freudiano.

A conferência parte do vocábulo "arquivo", de *arkhê* (do grego ἀρχή) e sua dupla acepção de começo (ontológica, de onde se começa) e de comando (nomológica, de onde se comanda). *Arkheîon* (*archivum* em latim e *archive* em francês) é relativo a escritório ou residência; dizia respeito ao endereço domiciliar dos comandantes e representantes da lei, os *arcontes* – daí a questão do *espaço*. Os *arcontes* eram guardiões dos documentos oficiais e tinham o poder de interpretá-los; é dessa domiciliação que decorre a passagem institucional do privado ao público – muito embora se questione o acesso aos arquivos públicos. Para Derrida, o poder *arcôntico* é também o poder de consignação, ou seja, de registro, depósito, remessa, confirmação, e em última análise, de arranjo:

> A consignação tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio *arcôntico* do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião (DERRIDA, 1994/2001, p. 14).

Consignar, pois, não é simplesmente conservar. Se o arquivo pressupõe reunião, arranjo e um lugar de inscrição, aquilo que se apresenta como memó-

1. Derrida toma arquivo como noção e não como conceito (ver p. 44).

ria não pode ser inteiramente dissociado das condições exteriores – materiais, históricas e ideológicas – de sua conservação e legibilidade. Essa exterioridade pode encontrar suporte no papel, na técnica e, como sugere o próprio Derrida ao tratar da circuncisão, no corpo: superfície de inscrição que, como veremos, não apenas porta marcas, mas pode ele próprio tornar-se legível a partir de uma memória que o antecede.

Tampouco parece haver um ponto inaugural simples a partir do qual o arquivo começaria: aquilo que nele se inscreve encontra sempre um espaço já constituído, atravessado por inscrições anteriores, relações de poder e possibilidades determinadas de leitura. Sob vias distintas, é esse problema da anterioridade que permitirá aproximar Derrida, Freud e Pêcheux: a história não começa no sujeito, a memória não começa na lembrança. Portanto, é pertinente questionar em que medida se pode atribuir ao inconsciente um começo constituído por uma primeira inscrição plenamente presente.

O Derrida de 1994 remete-nos ao ensaio *Freud e a cena da escritura* (1967/1995): a leitura de Freud neste último permitirá precisar a questão, sobretudo a partir das noções de traço[2], escritura e retranscrição, antes que retornemos ao arquivo e às condições históricas de sua produção. Ali, o filósofo acompanha, do *Projeto para uma psicologia científica* (1895) às *Notas sobre o bloco mágico* (1925), passando por *O inconsciente* (1915), entre outros textos, a insistência progressiva de uma linguagem do traço e da escritura na elaboração freudiana do aparelho psíquico. Mais do que uma metáfora utilizada para representar um funcionamento já conhecido, a escritura permite colocar em questão a própria anterioridade de uma percepção plenamente presente em relação ao traço que supostamente viria registrá-la.

Memória, nesse itinerário, implica diferença, inscrição, repetição e posterioridade: aquilo que se inscreve não permanece simplesmente idêntico a si, mas entra em novas relações e pode ser retranscrito. Não por acaso, em *Mal de arquivo*, Derrida retorna explicitamente àquela leitura: se a obra freudiana possibilita pensar, no interior do próprio psiquismo, a necessidade de um fora, de uma superfície ou de um espaço de inscrição, torna-se possível interrogar a

2. O termo traço não conservará um estatuto conceitual unívoco. O *Erinnerungsspur* freudiano pertence à elaboração metapsicológica da memória e de seus sistemas de inscrição; o traço derridiano radicaliza a crítica a uma presença originária e não se reduz à marca mnêmica que dela restaria; já os vestígios encontrados no arquivo dizem respeito a inscrições materiais e historicamente legíveis. O que autoriza sua aproximação não é, portanto, uma identidade conceitual, mas o problema que fazem ressoar por vias distintas: o estatuto daquilo que resta e produz efeitos sem restituir uma presença primeira.

pretensa interioridade da memória e pensá-la em sua relação constitutiva com a exterioridade. É esse o ponto que nos interessa em particular.

O inconsciente (1915) é fundamental nesse percurso ao colocar em questão a coincidência entre psiquismo e consciência. No trecho final do ponto um, Freud trabalha a questão de como o inconsciente poderia levar-nos a imaginar um outro que comandaria parte de nossas ações e de nossa vida psíquica. Mas esclarecerá que não se trata de um outro localizável, nem de uma "segunda consciência", e tampouco de uma "consciência inconsciente", mas de um *funcionamento* eficaz, inconsciente e dividido, estilhaçado em diversas direções. Assim, sob tal luz, Freud parece estar atento à materialidade dos efeitos do inconsciente e à impossibilidade de reduzi-lo a uma entidade ou consciência. A concepção de um funcionamento dividido prepara o terreno para desatrelar o psíquico da consciência e de uma suposta unidade, fazendo vacilar aquilo que se poderia tomar como um espaço interior disponível ao sujeito. Retornamos, por outra via, à ressalva de Farge: se o arquivo não restitui ao pesquisador um passado intacto, tampouco o sujeito encontra em si qualquer transparência.

Urge a ponderação: se memória não é transparência nem restituição, como pensá-la? É pela via da escritura que seguiremos.[3] Interessa-nos, particularmente, uma certa leitura que Derrida faz de Freud: uma leitura atenta à insistência, no próprio texto freudiano, de traços, inscrições, registros, retranscrições e superfícies. É na superfície do texto, portanto, que seguiremos alguns desses rastros, por entre pedras, desvios e bifurcações, interrogando o que os modelos freudianos do aparelho psíquico podem oferecer a uma concepção de memória que já não se deixa reduzir à conservação de uma presença anterior.

Derrida encontra no texto freudiano, do *Projeto para uma psicologia científica* (1895) às *Notas sobre o bloco mágico* (1925), uma recorrência significativa da linguagem da escrita para pensar o funcionamento da memória. A escritura não comparece aí apenas como metáfora gráfica para representar um funcionamento psíquico previamente conhecido. É justamente esse gesto que interessa a Derrida: levar a sério traços, inscrições e diferenças para in-

3. Essa acepção não é estritamente derridiana, mas necessariamente simplificada para os propósitos deste artigo. Tampouco é sinônimo da escrita gráfica, mas diz respeito a uma lógica mais geral de inscrição, traço, diferença e repetibilidade. A escritura não sobrevém a uma presença originária que viria posteriormente representar: ela perturba justamente essa anterioridade, na medida em que aquilo que se apresenta como presença já supõe diferenças, traços e possibilidades de repetição. É nesse sentido ampliado que Derrida falará também em *arquiescritura*, fazendo da escrita propriamente dita uma de suas manifestações particulares.

terrogar a própria anterioridade de uma presença que a escrita viria, somente depois, registrar.

Retorna, por essa via, o problema da *hypomnēsis*: aquilo que torna possível conservar – inscrição, repetição, exteriorização – impede também que conservação signifique simplesmente manutenção do mesmo. A tensão entre conservação e transformação não aparece, contudo, apenas na leitura derridiana do arquivo. Ela atravessa a própria maneira como Freud escreve a memória. Na Carta 52 a Fliess, de 1896, encontramos uma de suas formulações mais expressivas.

Antes de publicar *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud (1896) explora a ideia dos registros mnêmicos, sistemas complexos de memória. Ele relata ao amigo Fliess que trabalha com "a suposição de que nosso mecanismo psíquico tenha surgido de uma *sobreposição de camadas*, na qual, de tempos em tempos, o material presente na forma de traços mnêmicos sofre uma reorganização, uma reescrita, a partir de novas relações" (FREUD, 1896/1986, p. 35, grifo meu). É a partir de "signos de percepção" (*Wahrnehmungszeichen*) que Freud propõe um diagrama esquemático para ilustrar um sistema através do qual as percepções são transformadas em representações significativas. Há algo de particularmente radical nessa compreensão freudiana da percepção, além daquilo que ele mesmo reconhece: "o que há de fundamentalmente novo em minha teoria é a afirmação de que *a memória não está disposta em apenas uma, mas em várias camadas, que é escrita com vários tipos de signos* (*zeichen*)" (*Ibid.*, grifo meu).

Trata-se de um esboço que antecipa a primeira tópica, em que o aparelho psíquico se relaciona intimamente à linguagem. Os signos de percepção não produzem consciência e organizam-se via "associações por simultaneidade" (FREUD, 1896/1986, p. 36). O inconsciente, por sua vez, é um "segundo modo de *escrita*" (*Ibid*., grifo meu): não um "repositório" de memórias, mas um sistema ativo de signos mediadores de experiências e desejos. O pré-consciente é um "terceiro modo de escrita" (*Ibid.*) ligado a "representações de palavra" (*Ibid.*), que corresponderão ao Eu consciente, reconhecido como tal. Mas há regras que determinam o que entra ou não nessa última instância. O recalque, enquanto "falha de tradução" (*Ibid.*) ocasionada pelo desprazer, gera anacronismos tradutórios que explicariam as singularidades das psiconeuroses, o que Freud chama de sobrevivências ou *fueros*[4]. Freud coloca: "Vale dizer que *consciência e memória* se excluem mutuamente" (*Ibid*., grifo meu).

4. Da antiga jurisdição espanhola, *fuero*, lei que vigorava em determinado local garantindo privilégios perpétuos da região.

Tal incompatibilidade pode parecer paradoxal se tendemos a imaginar que aquilo de que temos consciência é justamente o que melhor lembramos. Freud prossegue, pois, comentando que a "consciência secundária do pensamento" (*Ibid*.) seria temporalmente posterior – numa formulação que já convoca o problema da *Nachträglichkeit* –, "provavelmente ligada à reanimação alucinatória de representações de palavra, de modo que os neurônios da consciência seriam novamente neurônios de percepção e, em si, sem memória" (*Ibid*.). Assim, a aparente contradição se desfaz quando distinguimos consciência e inscrição mnêmica. No esquema freudiano, aquilo que se torna consciente adquire novamente uma qualidade perceptiva, mas não é na percepção-consciência que o traço se conserva. A memória encontra-se, antes, nos diferentes registros e nas relações que se estabelecem entre eles; daí a consciência do pensamento ser "secundária", posterior às inscrições que a tornam possível.

Freud alerta que o desprazer por si só não basta ao processo de recalcamento, e é por isso que vãos são os esforços contra as lembranças do mais intenso desprazer: "a defesa patológica só ocorre contra um *vestígio de lembrança* (*Erinnerungsspur*) ainda não traduzido da fase anterior". Segundo observa Freud, ao revisitar traumas ou experiências desconfortáveis, o sistema psíquico tenderia a inibir o desprazer associado a essas lembranças, estabelecendo mecanismos de defesa para evitar que esses conteúdos emerjam.

O caráter sexual ocupa, nesse ponto, um lugar particular na argumentação freudiana. Um vestígio de uma fase anterior pode adquirir posteriormente uma eficácia que não possuía nos mesmos termos no momento de sua inscrição. No caso das experiências de natureza sexual, Freud observa que a excitação pode aumentar com o desenvolvimento sexual, de modo que um acontecimento de uma fase anterior venha a atuar sobre a seguinte tal como se fosse atual. Quando a tradução não ocorre, o traço permanece submetido às leis da fase anterior, constituindo uma espécie de anacronismo – daí os *fueros*. A temporalidade da memória é, assim, perturbada: deixa de obedecer a uma sucessão simplesmente linear. Entre inscrição e reinscrição, o traço não apenas permanece: pode adquirir novas relações e novos efeitos[5].

5. Tamanha é a atualidade do pensamento freudiano que pesquisas contemporâneas permitem reencontrar, sob outras perspectivas, o caráter dinâmico e reconstrutivo da memória. Gerald Echterhoff, em *Language and Memory: Social and Cognitive Processes* (2010), capítulo publicado em *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*, reúne estudos experimentais que mostram que diferentes formulações linguísticas de um mesmo acontecimento podem afetar sua representação e recordação posteriores: determinadas escolhas gramaticais e lexicais orientam diferentemente a reconstrução da experiência na memória. E, se "a

A memória, portanto, não coincide com conservação plena, mas com processos de inscrição e retranscrição. O traço mnêmico freudiano já implica uma lógica de exterioridade e reinscrição que impede pensar a memória como presença íntegra do passado (Cf. DERRIDA, 1967/1995).

Tal problemática não se encerra na Carta 52, mas reaparece, sob diferentes formas, na elaboração freudiana da memória. Em *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud aborda a amnésia infantil, descrevendo a dificuldade de recordar eventos dos primeiros anos de vida. As impressões desses primeiros anos, embora não possam ser evocadas como lembranças, não deixariam por isso de reverberar efeitos na vida psíquica do sujeito. A memória não se reduz, portanto, àquilo de que o sujeito pode se lembrar.

Freud também concebe a recordação dos sonhos como fragmentária: o sonhador frequentemente esquece grande parte de seu conteúdo tão logo desperta. Mais do que uma simples deficiência da memória, interessa que aquilo que chega à interpretação já não coincide necessariamente com o sonho tal como foi sonhado: sua recordação é lacunar e pode também modificá-lo. O objeto da interpretação chega, assim, atravessado pelo próprio trabalho da memória.

No capítulo VII, Freud volta a representar esquematicamente o aparelho psíquico e os sistemas nos quais se inscrevem os chamados traços mnêmicos (*Erinnerungsspuren*). A percepção ocupa uma de suas extremidades, mas o sistema perceptivo não conserva aquilo que recebe: os traços permanecem em sistemas mnêmicos posteriores e podem estabelecer entre si diferentes relações associativas. A figura desenhada por Freud – que aqui tomaremos a liberdade de imaginar como uma espécie de pente – oferece-nos uma imagem sugestiva: seus "dentes" atravessam o material mnêmico segundo diferentes relações, compondo arranjos que não se reduzem à conservação linear de uma impressão primeira. A cada movimento, poderíamos dizer, o cabelo já não cai exatamente da mesma maneira. A circularidade do ato de pentear oferece, assim, uma imagem para pensar uma memória que se conserva justamente ao se reorganizar.

Em *Recordar, repetir e elaborar* (1914), Freud acrescenta outra dimensão ao problema: aquilo que não pode ser recordado pode ser repetido em ato (*agieren*). O sujeito não o reproduz como lembrança, mas como ação, repetindo sem saber que repete. A memória não precisa, portanto, apresentar-se como

memória é construída dinamicamente, suscetível a influências sociais e a alterações incidentais" (ECHTERHOFF, 2010, p. 272), cai por terra a "pretensa espontaneidade da memória" (DERRIDA, 1994/2001, p. 26).

recordação para produzir efeitos: algo do passado pode retornar no presente sem que seja restituído como lembrança disponível ao sujeito.

É nesse ponto que podemos retornar a Derrida. Em *Mal de arquivo* (1994/2001), o filósofo define o arquivo como "suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou *memento*" (*Ibid*., p. 22), situando-o no lugar da "falta originária e estrutural da chamada memória" (*Ibid*.). Logo, o arquivo não restitui uma *mnēmē* plena que o precederia e permaneceria intacta em algum lugar: inscrição, repetição e exteriorização participam das próprias condições de sua conservação. Daí também seu caráter paradoxal: aquilo que conserva permanece sujeito ao apagamento, à transformação e à destruição. A história, por sua vez, "não é jamais a repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele, e inquietação suficiente para interrogar incessantemente sobre o porquê e o como de seu fracasso no manuscrito" (FARGE, 1989/2022, p. 75).

Derrida radicaliza, assim, uma consequência que já encontrávamos em Freud. Se o traço mnêmico freudiano dependia de uma lógica de inscrição, retranscrição e posterioridade, a questão reaparece em *Notas sobre o bloco mágico* (1925). Freud parte de uma dificuldade: os dispositivos comuns de escrita parecem obrigar-nos a escolher entre duas propriedades que o aparelho psíquico reúne. O papel conserva duradouramente aquilo que nele se escreve, mas sua superfície acaba preenchida; a lousa pode ser continuamente apagada e receber novas inscrições, mas não conserva o traço[6] daquilo que foi apagado. Como conceber, então, um aparelho capaz de permanecer indefinidamente receptivo a novas percepções e, ao mesmo tempo, conservar traços mnêmicos permanentes?

Freud encontra no Bloco Mágico (*Wunderblock*) uma engenhosa ilustração. O brinquedo é composto por uma prancha de cera coberta por folhas sobrepostas. Escreve-se sobre sua superfície com um estilete; ao separar as folhas da prancha, a inscrição visível desaparece e a superfície torna-se novamente disponível para a escrita. O traço (enquanto marca física), contudo, permanece inscrito na cera e pode ser novamente discernido sob determinadas condições de iluminação. O dispositivo reúne, assim, aquilo que parecia incompatível: uma superfície continuamente receptiva e a conservação de traços físicos duradouros.

A analogia freudiana é mais precisa do que uma simples correspondência entre marcas visíveis e consciência, de um lado, e marcas invisíveis e inconsciente, de outro. Freud relaciona a camada receptiva ao sistema percepção-

6. Não se trata do *Erinnerungsspur* em sentido estrito: é o traço material da escrita no objeto, utilizado na analogia.

-consciência, que recebe os estímulos sem conservar traços mnêmicos permanentes; os fundamentos da memória encontram-se em outros sistemas. Freud mesmo adverte, aliás, que a analogia encontra seu limite: diferentemente da memória, o brinquedo não é capaz de reproduzir "de dentro" aquilo que nele permaneceu inscrito.

Há algo particularmente sugestivo nesse recurso freudiano: para pensar a memória, Freud lança mão de uma máquina exterior, composta de superfícies, contatos, separações, inscrições e apagamentos. Em *Freud e a cena da escritura* (1967/1995)[7], Derrida leva a sério esse gesto. O Bloco Mágico não interessa apenas como representação exterior de uma interioridade psíquica já constituída; a própria recorrência freudiana às metáforas de escrita permite interrogar a oposição simples entre o dentro e o fora, entre a memória viva e seus suplementos técnicos. A escritura deixa, então, de comparecer somente como instrumento empregado para representar a memória: ela oferece um modelo para pensar a constituição e a articulação dos próprios traços[8].

Um conceito-chave da psicanálise e, ouso dizer, hipótese revolucionária de Freud, é o de *realidade psíquica*[9]. Reconhecê-la não significa tornar irrelevante o que ele chama de realidade material – tampouco negar que um acontecimento efetivamente ocorrido possa produzir consequências decisivas –, mas admitir que sua eficácia psíquica não se reduz à restituição factual do ocorrido. Importa também o modo como aquilo que aconteceu pôde ser inscrito, lembrado, esquecido, fantasiado e reinscrito pelo sujeito. Esse intervalo faz o arquivo voltar a nos interpelar.

---

7. O próprio Derrida adverte, na nota introdutória ao texto, sobre a cautela necessária à leitura que propõe de Freud. Também aqui privilegiamos determinados modelos freudianos da memória, sem pretender esgotá-los. A dimensão genética e hereditária de seu pensamento não deve ser apagada em favor de uma leitura retrospectivamente derridiana. Interessa notar, contudo, que *mesmo essa hipótese perturba uma concepção estritamente individual da memória: aquilo que se inscreve no sujeito não teria necessariamente nele sua origem*. A natureza e o suporte dessa transmissão constituem outro problema, que evidentemente excede os limites deste trabalho.

8. Traços psíquicos freudianos, tal como interrogados pela leitura derridiana. Vale lembrar que, antes da leitura derridiana de Freud, Lacan já havia radicalizado o estatuto linguageiro do inconsciente, afastando-o de uma concepção substancial ou de uma interioridade psíquica profunda. O traço mnêmico pode, nesse sentido, ser aproximado da lógica significante, na qual os elementos não valem isoladamente, mas por suas relações diferenciais e por sua articulação em cadeia.

9. Em "Conferências Introdutórias à Psicanálise" (1916-1917), especialmente na Conferência XXIII, "Os Caminhos da Formação dos Sintomas", Freud distingue a realidade psíquica da realidade material ao discutir o papel das fantasias na formação dos sintomas, chegando a afirmar que, no mundo das neuroses, a realidade psíquica é aquela decisiva. A distinção não implica uma soberania geral da primeira sobre a segunda, mas impede que a eficácia psíquica de uma experiência seja reduzida à verificação de sua correspondência factual com um acontecimento exterior.

Derrida se pergunta: "Por que arquivar isto? Por que este investimento em papel, tinta e letras?" (DERRIDA, 1994/2001, p. 19). Eis como o filósofo apresenta o *mal d'archive*, que passa pela tese da pulsão de morte: se o arquivamento é uma tentativa de controlar o passado e garantir alguma preservação da memória, comporta uma contradição – contradição essa constitutiva da lógica do arquivo –, pois o ato de arquivar está sempre sujeito à corrupção, ao esquecimento, à destruição. A compulsão à inscrição de que fala Derrida está ligada à "pulsão de arquivo" (*Ibid*., p. 33): conservação *vs.* destruição; possibilidade de perda, iminente finitude: *mal d'archive*.

As três teses principais da conferência de Derrida, afinal, giram em torno das contradições do arquivo, começando pelo impulso de arquivar – desejo de preservação que, paradoxalmente, envolve o esquecimento e a perda. O ato de arquivar é inseparável da vontade de controlar a memória e a história. No entanto, opera também a pulsão de morte. O arquivo está sempre assombrado pela ameaça de desintegração e de obliteração, assim como a memória pelo esquecimento. Além disso, os arquivos nunca são neutros, e tampouco é o arquivamento: estruturas e relações de poder participam das condições que fazem com que algo seja "lembrado" ou "esquecido".

A passagem do inconsciente ao arquivo exige, portanto, uma mudança de terreno: se, para a psicanálise, o acontecido não coincide simplesmente com sua inscrição psíquica, resta interrogar, no campo da história e do discurso, sob que condições determinados acontecimentos são inscritos, retomados e se tornam legíveis.

Do inconsciente ao arquivo: memória, discurso e historicidade

O arquivo não coincide com a história – assim como a história não coincide simplesmente com o passado. Creio que essa afirmação ficará mais clara ao cabo desta exposição. No texto "*Papel da memória*" (1983/2007), Michel Pêcheux coloca em jogo uma dimensão não-presencial da memória, marcada pela repetição, pelo deslocamento e pela anterioridade do já-inscrito. O problema, contudo, desloca-se: interessa-nos agora pensar a memória no campo da Análise de Discurso (AD) materialista[10].

10. A aproximação entre Freud, Derrida e Pêcheux torna possível formular a memória não como conservação de um conteúdo anterior, mas como um processo de inscrição em que anterioridade e atualidade se condicionam reciprocamente, sem que seja possível restituir uma origem

Para Pêcheux, a memória discursiva constitui-se na relação com o interdiscurso, com essa exterioridade de dizeres que antecedem e atravessam toda formulação. Todo dizer se formula sobre uma espessura de sentidos já ditos, já disputados, já esquecidos. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/2008), Pêcheux situa o discurso no "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória": ao acontecimento, só serão fornecidas condições de legibilidade *em relação* a redes anteriores de formulações. Esse encontro, contudo, não deixa intacta a relação entre acontecimento e memória: é precisamente aí que podem ocorrer absorção, deslocamento, ruptura ou mesmo falha de inscrição.

A ressonância teórica entre Pêcheux e Derrida é, sem dúvida, produtiva: memória não é apenas conservação; tanto o curso derridiano quanto o pecheutiano convocam-nos a pensar constitutivamente perda, apagamento, falha, transformação. O discurso acontece na tensão entre retorno e ruptura, entre repetição e deslocamento, entre aquilo que insiste em permanecer e aquilo que pode irromper como novo.

A memória discursiva, para Pêcheux, não é um reservatório cristalizado do/no passado, mas um campo dinâmico de retomadas, apagamentos, reformulações e conflitos. É justamente por isso que a memória *não* deve ser compreendida como uma faculdade individual, psicológica ou interior ao sujeito. A memória discursiva é social e histórica, constituída nas relações entre práticas discursivas – espaços nos quais os sentidos se estabilizam, se repetem e se transformam historicamente. Assim, quando um sujeito fala, ele não mobiliza apenas uma experiência individual, mas toda uma espessura histórica de sentidos já disponíveis no interdiscurso inobstante sua "intenção".

A memória participa, assim, da produção e da estabilização dos sentidos, mas também de seus conflitos e deslocamentos. Longe de constituir um mecanismo de recordação, ela é atravessada por uma *fragilidade* constitutiva: "haveria [...] sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento" (PÊCHEUX, 1983/2007, p. 47):

> Não é de se admirar, nessas condições, que a ideia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência: *o acontecimento que escapa à*

plenamente presente. Para a Análise de Discurso, isso desloca o problema da memória para as condições históricas de inscrição e legibilidade dos sentidos. No escopo do presente artigo, não caberia desenvolver todas as consequências dessa aproximação; preferimos, antes, assinalar esse deslocamento e a produtividade teórica que ele oferece.

> *inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido* (PÊCHEUX, 1983/2007, p. 44, grifo meu).

Tal problema faz-se palpável a partir do trabalho de Fábio Barbosa Filho (2022), que se ocupa precisamente da especificidade de uma leitura materialista do arquivo. Ao percorrer documentos relativos aos negros e mestiços na Bahia oitocentista, o linguista não busca neles o testemunho transparente de acontecimentos passados, como se bastasse ao pesquisador recolher os vestígios deixados pela história. Seu gesto é outro: trata-se de pensar a relação entre acontecimento e arquivo na articulação entre língua e história, tomando o interdiscurso e o espaço de memória como fundamentais à elaboração de uma teoria materialista do arquivo.

O arquivo do alienismo que Barbosa Filho monta não se encontra, portanto, pronto à espera do pesquisador, nem coincide com os limites previamente traçados por uma instituição – médica, policial ou jurídica. Ele é construído no rastro das discursividades que atravessam esses diferentes espaços, fazendo com que documentos dispersos possam ser postos em relação. O que se busca ouvir no arquivo não é, assim, uma história que nele repousaria à espera de restituição, mas os processos pelos quais determinados corpos, práticas e acontecimentos se tornam historicamente legíveis e vêm a significar de determinadas maneiras.

Ora podemos retornar à noção derridiana de *exergo*. Se o arquivo não se oferece como uma reunião transparente de vestígios do passado, tampouco é indiferente às operações que delimitam aquilo que nele poderá figurar. O *exergo*, escreve Derrida, organiza e dita uma temática, restringindo-a, "capitalizando-a em uma elipse" (DERRIDA, 1994/2001, p. 16): acumula um capital para preparar a mais-valia de um arquivo; dá a ordem. Não se trata, aqui, do gesto de montagem do analista, mas das relações de poder que, historicamente, participam da própria constituição do que poderá ser inscrito, conservado e dado a ler.

Novamente, encontramo-nos diante do problema do poder que já acompanhava o *arkheîon*: arquivar supõe não somente conservar, mas selecionar, reunir, classificar e consignar, traçando limites entre aquilo que encontra lugar e aquilo que dele resta apartado. Se há uma política do arquivo, ela diz respeito também às condições históricas sob as quais certos vestígios chegam a ser inscritos, conservados e tornados legíveis, enquanto outros se dispersam, se apagam ou sequer chegam a adquirir o estatuto de documento.

Essa ordem ganha corpo – quase "literalmente" – na seção intitulada "O corpo como espaço de memória", em que Barbosa Filho examina os sentidos do corpo negro diante das instituições formais do Estado brasileiro. O linguista parte de "espaços de memórias" nos quais esses sentidos funcionam, além de mostrar como, em um regime de suspeição generalizada, a própria língua participa da produção dos indícios que *parecem* apenas descrever uma realidade anterior a ela. Não há, portanto, de um lado, indícios empiricamente dados e, de outro, uma formulação que viria simplesmente a registrá-los: é na relação entre língua, memória e história que determinados elementos podem adquirir valor de indícios e produzir *efeitos de evidência*, com consequências institucionais assaz concretas.

Entre os documentos que compõem seu arquivo, detém-se em uma correspondência de 1844, na qual o chefe de polícia descreve um africano liberto que trazia uma banda vermelha amarrada à cintura, "distintivo talvez de seu posto entre os outros" (BARBOSA FILHO, 2022, p. 8), e gritava por socorro "de uma maneira tal que indicava estar convencido que o salvariam" (*Ibid.*). O percurso culmina no juízo da autoridade: "esse africano é forro e o acho perigoso ao sossego público e por isso conviria ser deportado" (*Ibid.*).

Não é fortuito que Barbosa Filho se detenha na materialidade mesma desse encadeamento. Entre o "talvez" e o "indicava" – ambos, como observa, fundamentando o "acho perigoso" –, o corpo funciona como "significante", e não como uma "coisa empírica" cujo perigo estivesse simplesmente dado a ver. Acompanha-se na própria formulação a produção de um efeito de evidência. Não porque o perigo estivesse empiricamente contido na banda, nos gritos ou no corpo, mas porque esses indícios *produzem sentido* no encontro entre uma atualidade e uma memória: "Há aqui a confluência de uma memória (saturada no discurso do 'negro insurgente') com uma atualidade (um conjunto de indícios ou índices)" (*Ibid.*).

A cena é particularmente eloquente para o problema que nos acompanha. Há um homem que grita por socorro; há uma banda vermelha amarrada à sua cintura; há, enfim, um corpo. Mas onde começaria, nessa cena, o "corpo perigoso"? No corpo que se oferece ao olhar da autoridade? Na banda tomada como indício? No "talvez" que a interpreta? Ou na memória do "negro insurgente" que já oferece condições para que corpo, banda e grito sejam lidos dessa maneira? A pergunta talvez esteja mal colocada se exigir que encontremos o primeiro termo dessa cadeia. O significante não vem simplesmente depois do corpo, como um nome aposto a uma realidade já constituída; tampouco seria suficiente inverter a ordem e dizer que primeiro haveria o significante, para somente depois surgir o

corpo. O que a análise de Barbosa Filho deixa ver é precisamente a dificuldade de restituir uma origem simples: aquele corpo é "sempre-já" legível em relações de sentido, afetado pela memória e pela historicidade.

Ressurge um fio deixado anteriormente em suspenso. Essa exterioridade pode encontrar suporte no papel, na técnica e, como sugere o próprio Derrida (1994/2001) ao tratar da circuncisão, no *corpo*: superfície de inscrição que não apenas porta marcas, mas pode ele próprio tornar-se legível a partir de uma memória que o antecede. No espaço de inscrição derridiano, a tipografia – marca exterior impressa sobre um suporte – encontra a circuncisão, marca inscrita diretamente sobre o corpo. O exemplo de Barbosa Filho faz ressoar, por outra via, essa aproximação. É no interior da Análise de Discurso materialista fundada por Pêcheux que sua leitura do arquivo conduz ao corpo como espaço de memória: superfície sobre a qual se lê e sobre a qual se inscreve.

Faz-se uma torção particularmente interessante. Antes mesmo de receber uma marca institucional, o corpo daquele homem já é lido: a banda vermelha, o grito de socorro, o próprio corpo, tornam-se indícios sob uma memória saturada pelo[s] significante[s][11] "negro insurgente". E essa leitura não permanece incorpórea. Ela retorna materialmente sobre os corpos, sob a forma de vigilância, punição e identificação. Barbosa Filho menciona, entre essas práticas, as chapas de metal colocadas no pescoço e conclui: "Os corpos perigosos eram marcados, catalogados, enfim, arquivados para estarem sempre disponíveis aos olhos e às mãos do aparelho repressivo do Estado" (BARBOSA FILHO, 2022, p. 9).

Desenha-se, assim, um circuito entre memória, interpretação e inscrição: determinados indícios tornam-se legíveis sob uma memória que os antecede; essa legibilidade autoriza práticas materiais de identificação e registro; e as inscrições daí resultantes passam, por sua vez, a integrar o arquivo no qual essa memória poderá ser retomada e reiterada. O movimento circular contrasta com uma concepção de memória que talvez possamos representar esquematicamente assim: *acontecimento/experiência presente* → *registro* → *conservação* → *lembrança*. A aparente simplicidade da sequência esconde uma suposição decisiva: a de que a inscrição viria *depois*. Algo teria estado primeiro plenamente presente para, somente então, deixar um registro de si. É precisamente essa ordem que o percurso realizado até aqui tornou difícil sustentar[12].

11. A unidade significante depende do recorte teórico: em termos saussurianos, "negro" e "insurgente" correspondem a dois significantes; em uma leitura lacaniana, "negro insurgente" pode ser tomado, neste funcionamento, como um significante.

12. O esquema não pretende representar uma concepção universal da memória, mas tornar visível uma determinada pressuposição temporal. Outras concepções de temporalidade tornam

Se o corpo daquele homem não precede simplesmente os sentidos que nele se inscrevem, tampouco esses sentidos nascem no instante em que a autoridade o encontra. Talvez possamos figurar o problema por uma trilha: eis a singela metáfora que proponho. Como a cadeia sintagmática, a trilha guarda uma certa linearidade: desenha um percurso, oferece uma direção, faz suceder um passo a outro. Mas não se caminha por ela somente para a frente. Pode-se retornar sobre os próprios passos, deter-se, tomar um desvio, abrir uma bifurcação ou abandonar o caminho. E seria difícil determinar se primeiro houve a trilha ou os passos que a fizeram: ela só se torna caminho porque foi percorrida, ao mesmo tempo que, uma vez aberta, orienta as passagens seguintes. Cada passagem encontra marcas anteriores e deixa outras; pode reforçar um traçado, desviá-lo ou contribuir para seu desaparecimento. A linearidade do percurso não é, portanto, a linearidade de uma origem. Não há um caminho traçado *ex nihilo* antes dos passos, mas tampouco passos sobre um terreno absolutamente virgem de marcas.

A imagem interessa precisamente porque perturba uma ordem simples entre anterioridade e posterioridade. O "traço"[13] resulta de uma passagem e, ao mesmo tempo, torna-se condição para outras passagens. Algo semelhante ocorre com a memória discursiva: aquilo que antecede uma formulação não constitui um repertório imóvel de sentidos que ela viria simplesmente recuperar. O já-dito oferece caminhos de legibilidade, mas aquilo que se formula em seu rastro não está condenado a percorrê-los sempre da mesma maneira. A memória conserva porque há repetição, mas a repetição nunca conserva simplesmente o mesmo.

É também por essa via que se pode precisar o estatuto da exterioridade na Análise de Discurso. O sentido não se encerra no sistema linguístico, mas tampouco paira fora da língua à espera de nela encontrar expressão. O analista detém-se sobre a materialidade linguística justamente para surpreender, em seu funcionamento, a articulação da língua com relações que não se esgotam nela: a história, a ideologia, a memória, as relações de força que atravessam aquilo que pode ser dito e os modos pelos quais pode significar. O exterior, nesse sentido, não começa onde a língua termina.

---

essa ordem menos evidente. Explorar diferentes temporalidades, no entanto, excederia o escopo deste artigo; basta-nos assinalar que a concepção de memória apresentada perturba necessariamente uma temporalidade linear.

13. Esse uso de traço não é reivindicado como conceito, tão somente como figura heurística para representar o problema da anterioridade/repetição/transformação.

É sob essa concepção de memória que se pode, enfim, retornar ao arquivo. O percurso pelo inconsciente não terá sido um desvio: se Freud nos obrigou a abandonar a imagem de uma memória que guardaria, incólume, aquilo que um dia esteve presente, algo dessa desconfiança alcança necessariamente o arquivo. Não porque arquivo e inconsciente obedeçam ao mesmo funcionamento, mas porque já não podemos pedir ao primeiro aquilo que recusamos ao segundo: a restituição de uma presença originária. Ler o arquivo passa, então, menos por remontar do vestígio à coisa do que por acompanhar os caminhos pelos quais algo pôde deixar vestígio.

Talvez se esclareça, ao fim de nosso trajeto, a advertência de Farge que o abriu. Se o arquivo deve ser "habilmente questionado para adquirir sentido" (FARGE, 1989/2022, p. 21), não é (somente) por seus documentos serem incompletos, suspeitos ou sujeitos à crítica historiográfica. Há algo mais radical na impossibilidade de restituição que ela entrevê: o vestígio não é uma parcela do passado que teria atravessado intacta o tempo e aguardaria, silenciosa, que o pesquisador lhe devolvesse sua história. Entre o acontecido e aquilo que chega às nossas mãos há escolhas, gestos, instituições, esquecimentos, destruições, relações de força – e, sobretudo, sucessivas operações de leitura. A sedução do arquivo talvez resida justamente aí: ele nos chega como resto e, ainda assim, suscita o desejo de fazê-lo falar.

Podemos, então, retornar à afirmação que abriu este movimento: o arquivo não coincide com a história – assim como a história não coincide simplesmente com o passado. Essa é, afinal, uma das consequências teóricas da concepção de memória que procuramos construir. Ler o arquivo não é desfazer retrospectivamente suas inscrições até alcançar, sob elas, um acontecimento em estado puro. É trabalhar sobre seus traços (no sentido de vestígios materiais e históricos do arquivo), inclusive sobre aquilo que neles falta, excede ou resiste à evidência, interrogando as relações que os fizeram chegar até nós e significar no presente. Se a metáfora da trilha ainda nos acompanha, o caminho de volta não conduz ao primeiro passo: conduz a novos traços.

Nota conclusiva

À luz das reflexões aqui traçadas, é na memória exteriorizada e fragmentária que o sentido se move, hesita e recomeça. Frágil, e porosa, ela permite que algo se inscreva sem jamais fixar-se por completo, guardando o espaço do intervalo – o respiro necessário entre o lembrar e o esquecer –, onde o pensamento se

refaz e a história se renova. A memória, sempre em reconstrução, configura-se no inconsciente como campo de inscrições móveis e parciais, onde a ausência também repercute. No arquivo, ela reaparece sob distintas condições.

Algo, afinal, precisa ter chegado até nós para que possa faltar. Yerushalmi parte dessa aparente obviedade ao observar que "um povo jamais pode esquecer o que ele não tenha recebido" (1988/2017, p. 16). Lembrar e esquecer supõem, antes de tudo, uma transmissão: algo que atravessou uma *exterioridade*, encontrou suportes, deixou marcas e ingressou em uma cadeia na qual poderá ser repetido, deslocado ou perdido. O inconsciente freudiano não é alheio a essa lógica: também ele nos confronta com marcas que não começam na lembrança nem se oferecem à consciência como presença, mas insistem, retornam e se reorganizam sob outras formas.

A memória não começa naquele que lembra, como tampouco o arquivo começa naquele que o lê. O que persiste traz consigo inscrições, apagamentos e sucessivos gestos de leitura; há trilhas que não conduzem de volta a uma presença primeira. Eis, quiçá, o paradoxo do desejo de memória: procuramos nos vestígios aquilo que só pode chegar até nós porque já atravessou a distância que dele nos separa. Sabemos que não haverá restituição e, ainda assim, retornamos: ao arquivo, à lembrança, à palavra, ao(s) traço(s). Há algo de irredutível no desejo de fazer falar o que resta. Logo, Farge nos deixa uma última advertência – e talvez seja prudente terminar sob sua suspeita: "a paixão por arquivos não evita as emboscadas" (1989/2022, p. 76).

Referências

BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 64, p. e022007, 2022. DOI: 10.20396/cel.v64i00.8664658.

DERRIDA, J. (1994). *Mal de arquivo:* uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. (1967). Freud e a cena da escritura. In: _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 179-226.

ECHTERHOFF, G. Language and memory: social and cognitive processes. In: *Cultural memory studies*. Berlim: De Gruyter, 2010.

FARGE, A. (1989). *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed. USP, 2022.

FREUD, S. (1896). Carta a Wilhelm Fliess de 6 de dezembro de 1896 (Carta 52). In: _____. *Correspondência completa com Wilhelm Fliess:* 1887-1904. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

_____. (1914). *Recordar, repetir e elaborar*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. (1915). O inconsciente. In: _____. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 159-215. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

_____. (1916-1917). Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In: _____. *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 361-378. (ESB, 16).

_____. (1925). *Bloco mágico*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PÊCHEUX, M. (1983). Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. 2. ed. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 49-57.

_____. (1983). *O discurso:* estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

YERUSHALMI, Y. H. (1988). Reflexões sobre o esquecimento. In: _____. *Usos do esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 9-27.

Tramitação

Recebido 22/05/2026

Aprovado 11/09/2026